

A ATUALIDADE DO CONCEITO DE TOLERÂNCIA EM JOHN LOCKE.

*Sérgio Ricardo Gonçalves Dusilek**

RESUMO

O texto propõe apresentar a atualidade do conceito de tolerância em John Locke entendendo-o como de primordial compreensão para a pluralidade religiosa numa sociedade plural. A tolerância em Locke estava calcada numa base tríplice, a saber: o estado laico, a liberdade individual como um bem inalienável e a noção de Deus, a religiosidade como doadora do verdadeiro sentido da tolerância. Ainda se observará que há um casamento tão profundo entre o ethos contemporâneo e a noção de tolerância que não se pode compreender a sociedade atual, nem prospectar uma futura sem que a tolerância seja um valor ensinado, perseguido e vivido.

Palavras-Chave: tolerância, Locke, religião, futuro.

INTRODUÇÃO

A Idade Moderna teve em parte dos seus pensadores uma visão refratária e pessimista quanto ao futuro da religião. Filósofos como Marx, Nietzsche, Freud, não viam futuro para a religião. O problema dela era justamente seu passado. O Iluminismo apresentava tal confiança nas possibilidades do ser humano que não haveria espaço para pensar uma divindade. Karen Armstrong afirmou que: “Em meados do século XX a maioria dos ocidentais achava que a religião nunca mais desempenharia um papel de destaque nos acontecimentos mundiais. Fora relegada à esfera privada,(...)” (ARMSTRONG, 2001, p.229). Contudo, no final do século XX, os fundamentalistas mostraram o poder de atração da religião, cujo grande exemplo foi a tomada do poder no Irã por Khomeini na década de 70 (ARMSTRONG, 2001, p.353). Tais

* Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Pós-Graduado em História da Filosofia. E-mail: sdusilek@gmail.com.

filósofos não se aperceberam de que “há uma vitalidade na fé” que faz com que a religião ressurja (SMITH, 2006, p.16).

Essa perpetuação possibilitou não só a existência, mas sobretudo a tolerância para com a coexistência de diferentes credos. Sem dúvida, dentre os muitos legados que a modernidade deixou para a humanidade a noção de tolerância, especialmente a religiosa, é um dos mais nobres. No entanto é preciso reconhecer que também foi a própria modernidade a parturiente de uma pluralidade religiosa que desafia a coexistência de diferentes religiões num mesmo contexto cultural. No Mundo Antigo as coexistências religiosas quando muito se davam pelo sincretismo, numa absorção mútua das tradições religiosas que se interpenetravam e se influenciavam. Já na modernidade é preconizado o respeito ao espaço sagrado.

É bem verdade que esse respeito não se deu de modo universal, o que talvez retrate uma questão universal do ser humano: a sua inaptidão para conviver com o contrário, ainda mais quando a oposição é religiosa e quando ele se percebe envolto por uma pretensão de verdade. Não foi sem razão que os embates religiosos, essa nova experiência de conviver com diferentes e até antagônicas expressões religiosas dentro de uma mesma cidade, ganharam a atenção de filósofos como John Locke e François Marie Arouet (Voltaire). E naquele início o convite era o da tolerância. E as razões, como será visto neste texto, estão mais voltadas para argumentos legais e humanistas do que para razões teológicas. Essas, no nosso entender, vieram já no século XX com as tentativas de diálogo inter-religioso, com o esforço ecumênico, sobre o que faremos breves inserções.

É preciso destacar que a intolerância religiosa é uma agressão aquilo que se convencionou como “*ethos* contemporâneo”. No âmago de uma sociedade moderna está o valor da liberdade individual, inclusive para escolha da opção religiosa. A religião trata da consolidação, da perpetuação dos valores de uma cultura. Ela representa o elo de explicação das tradições que por sua vez ajudam o ser humano a se situar no mundo. Nem sempre a religião consegue apontar para uma divindade, mostrá-la; porém costumeiramente ela explica o mundo. Se os mistérios do céu permanecem eclipsados, os da terra se tornam passíveis de racionalização.

Mas será que diante de tantos radicalismos religiosos, de um fundamentalismo que lança seus tentáculos sobre as mais diversas tradições religiosas, há espaço para um ecumenismo? Ao

apresentar a contribuição de Locke¹ para fundamentar a tolerância, especialmente a de cunho religioso, apontamos para o que talvez seja ainda o recurso mais plausível de coexistência religiosa: a tolerância. Até mesmo porque se a pluralidade religiosa numa cultura e os radicalismos como os fundamentalismos são fenômenos modernos, é possível que um direcionamento moderno, a tolerância, seja o caminho para uma harmonia religiosa.

Profícuo representante do protoliberalismo inglês do século XVII, John Locke confinava a opção religiosa a esfera do indivíduo. Nesse sentido, a prática religiosa é exercício da volição. Segundo ele, “nenhum homem pode ser forçado contra sua vontade” (LOCKE, 1973, p.17) pois o próprio Deus “não salvará os homens contra a vontade deles” (LOCKE, 1973, p.18). A imposição que se traveste de intolerância religiosa se desqualifica como via da espiritualidade, pois nega pela sua atitude uma compreensão sobre a divindade.

A escolha de Locke como pensador que dará base para as postulações aqui apresentadas se deve a alguns fatores. Primeiro porque seu texto sobre a tolerância escrito durante seu exílio na Holanda em 1685 (MICHAUD, 1991, p.48), se tornou uma das mais ricas fontes para se abordar a questão.

Segundo porque o seu contexto era similar, quando se fala de religião, ao Brasil. O contexto da Inglaterra era de maioria cristã, assim como atualmente é aqui, com a diferença de que na época de Locke essa maioria inglesa era protestante enquanto aqui permanece sendo católica. Contudo destaca-se que havia uma pluralidade religiosa: lá mais confessional; aqui mais expressiva em termos de diferença religiosa, visto a nossa brasilidade ser marcada por um sincretismo. Foi Locke quem explorou os méritos da tolerância numa sociedade pluralista na qual a tarefa governamental era fazer avançar os interesses civis comuns (*commonwealth*) da sociedade (SPELLMAN, 1997, p.23).

Terceiro porque Locke mesmo reconhecendo o papel e importância da tolerância era cético na sua consecução. Para ele tratava-se de um ideal sem paralelo a realidade, até que na sua ida ao continente, a Holanda² mais especificamente, ele viu ser possível a coexistência de diferentes credos (MILTON, 1997, p.15-6). Lá ele teve contato com Jean Le Clerc e Phillipp Van Limborch, entre outros arminianos que já em 1610 defendiam a tolerância em questões religiosas (SPELLMAN, 1997, p.22).

¹John Locke nasceu em Wrington, na cidade de Somerset na Inglaterra em 1632. Teve formação religiosa puritana e foi médico formado por Oxford. Faleceu em 1704.

² Possivelmente Locke teve contato com os Batistas uma vez que nascidos sob perseguição e, por isso, tendo na Holanda o primeiro grupo formalmente reconhecido, defendiam como princípios não só a autonomia do indivíduo e a separação Igreja/Estado, como também lutavam pela liberdade religiosa.



1 A Tolerância Religiosa e o Estado Laico

Só é possível falar em tolerância religiosa quando o Estado assume sua “laicidade”. Teocracias ou mesmo governos que assumem a religião “A” ou “B” como oficial impugnam por princípio o exercício da tolerância. Para que ela exista e floresça é necessário haver uma separação entre Religião/Estado. Essa marca da modernidade, sua amplitude e pluralidade religiosa representam um esteio para o Estado Laico (SCHLEGEL, 2009, p.79). Essa amplitude pode ser ameaçada quando uma determinada religião passa a ter primazia sobre as outras (SCHLEGEL, 2009, p.80). Interessante que da coexistência e da adaptabilidade de uma confissão religiosa ao contexto cultural onde está inserida altera-se para uma perda da identidade religiosa, fornecendo pretexto a grupos mais radicais para vivência de uma fé intransigente (SCHLEGEL, 2009, p.127). Ao invés da acomodação cultural sinalizar a maturidade religiosa de um grupo, ela acaba propiciando uma sensação de diluição de crenças e valores para certos setores religiosos. O que está tentando ser esclarecido é que justamente do bom-senso nasce o radicalismo religioso, a necessidade de um resgate de uma origem pura, não “contaminada”. Paradoxalmente, ao passo que o fundamentalismo quer romper com o efeito moderno de coexistência, ele assume o discurso moderno quando apregoa um isolamento e uma separação entre o sagrado e o secular.

É no mínimo curioso que na pós-modernidade encontrem-se grupos religiosos querendo ressacralizar o mundo. Tais grupos tidos como fundamentalistas representam uma reação “contra a cultura científica e secular que nasceu no Ocidente e depois se arraigou em outras partes do mundo” (ARMSTRONG, 2001, p.12). Criam tensões uma vez que a ideologia reinante é a de domínio, de poder. E ao assegurar o poder implica na posse da verdade. Como bem diz Rubem Alves “a pretensão de posse da verdade torna impossível a tolerância” (ALVES, 2004, p.117). Essa peculiaridade também foi identificada por Erich Auerbach no primeiro capítulo de sua principal obra (AUERBACH, 2011, p.12-16) e atrelada ao cristianismo por John Hick, pelo que constrói sua crítica à superioridade cristã (HICK, 1998)³.

³ Para Hick, a superioridade cristã se alicerçava no caráter absoluto que ela mesmo se impingia (p.13). Contudo ele via no cristianismo o privilégio de ter sido a primeira religião impactada pelo “moderno empreendimento científico” (p.29), gerando sua adaptação e transformação antes das demais religiões (p.33). Para Hick a especialidade era da proximidade histórica e cultural. Hick entendia que o cristianismo devia ser visto como mais uma entre as outras religiões, como mais um caminho de salvação (p.41). Somente assim seria possível se construir, segundo o filósofo da religião, o diálogo inter-religioso. (HICK, John. O Caráter Não-Absoluto do Cristianismo. *NUMEN – Revista de estudos e pesquisa de religião*. Juiz de Fora, v.1, n.1, p.11-44, 1998). Recentemente o pensamento de John Hick foi combatido num artigo de Alan Myatt que prima por desqualificar



Passando ao largo dessas questões identitárias, o filósofo inglês defendia a tolerância religiosa em virtude de sua percepção sobre o papel do Estado. Para Locke, o Governo “*commonwealth*” deveria assegurar e preservar os interesses civis dos homens (MICHAUD, 1991, p.49). Locke chamava de bens civis a vida “a liberdade, a saúde física e a libertação da dor, e a posse de coisas externas, tais como terras, dinheiro, móveis, etc.” (1973, p.11). Para ele não cabia ao magistrado civil o cuidado das almas, uma vez que tal tarefa não lhe fora outorgada por Deus (LOCKE, 1973, p.11). Mesmo porque a salvação de uma alma, ou mesmo a sua perdição, não podia ser resolvida por um decreto (LOCKE, 1973, p.12).

De igual modo Locke entendia que não cabia aos clérigos a destituição da vida ou dos bens de um homem por conta de sua opção religiosa. Para o pensador inglês os púlpitos eram locais que “deveria caber a pregação da paz, da tolerância (LOCKE, 1973, p.17). Nesse sentido ele particularmente combateu o policiamento anglicano⁴ que forçava a punição pelo governo civil de praticantes de cultos de outras denominações (SPELLMAN, 1997, p.16). Para Locke estava claro tanta os limites quanto a separação que deveria existir entre o governo e a esfera pessoal/religiosa⁵. Inclusive em nível de competência das autoridades, fossem elas civis ou “religiosas”. Nesse sentido Locke se alia com a melhor tradição protestante a qual deixou um “legado de tolerância com o pensamento diferente e até mesmo divergente” (ALVES, 2004, p.11).

2 A Tolerância como decorrência da liberdade individual

Locke entendia a liberdade individual como um bem civil. Cabia ao governo a preservação desse inalienável bem. À existência da liberdade se coadunava a presença da tolerância. Isso porque se diferentes indivíduos, com percepções e cosmovisões diferentes (ainda que com mesma base cultural), são livres em sua consciência, em seu pensamento, eles

a contribuição de Hick sem apresentar nada novo, ou uma proposta de diálogo. (MYATT, Alan. A Teologia da Libertação e o novo pluralismo religioso. **Revista Batista Pioneira**. Ijuí, v.3, n.1, p.165-189, 2014).

⁴ Não era só no contexto inglês que grupos cristãos se debatiam. Na França a intolerância religiosa provocou as guerras de religião, o que acelerou e formatou a laicidade francesa. Schaper destaca que “a tentativa mal-sucedida de eliminar um dos maiores líderes protestantes, Almirante Coligny, desencadeou, na noite do dia 24 de agosto de 1572, um massacre de protestantes, que passou à história como “Noite de São Bartolomeu” (p.13), ocasião em que cerca de 20.000 protestantes foram mortos violentamente (p.14). (SCHAPER, Valério Guilherme. Emblemas da intolerância: Jean Calas, Jean Charles e a tolerância segundo Voltaire. **Protestantismo em Revista**. v.12, n.1, jan.-abr., p.8-19, 2007).

⁵ Semelhante a Locke pensava o Duque de Saint-Simon, pertencente a corte de Luís XIV, que apesar de sua crença e de estar historicamente situado logo após a grande influência do Cardeal Richellieu sobre Luís XIII, “mostra-se livre de preconceitos e reprovava toda perseguição e opressão em questões de fé.” (AUERBACH, 2011, p.370).



se tornam responsáveis pela preservação da liberdade alheia. E a liberdade do outro só pode existir se houver tolerância.

A finalidade da liberdade para Locke residia em melhor cumprir os deveres morais (MICHAUD, 1991, p.66). Locke compreendia que a consciência moral era uma dádiva divina e como tal permeava a humanidade como um todo. Sendo assim, antes do exercício da liberdade tender para o caos social, o esforço individual para fazer o bem, para observar no comportamento aquilo que era moralmente correto, devia ser visualizado em todo ser humano. Dessa feita, a sociedade seria melhorada com a prática voluntária e pessoal do bem.

A tolerância religiosa é decorrência então da liberdade humana em escolher sua crença. Locke repudiou o determinismo calvinista ao afirmar que a humanidade e a salvação são escolhas humanas (SPELLMAN, 1997, p.97). Para o pensador, conhecimento e crença foram reduzidos ao âmbito da alma individual (SPELLMAN, 1997, p.52). Cabe a cada um definir aquilo em que crê. Assim Locke se expressava: “Ainda mais, mesmo Deus não salvará os homens contra a vontade deles.” (LOCKE, 1973, p.18). Essa afirmação pode parecer pacífica para um leitor esclarecido do século XXI, mas havia uma herança cultural em que as conversões pela força, pela espada, representavam uma obra que agradava a Deus (AUERBACH, 2011, p.88). De modo similar Voltaire aponta para a incoerência de uma religião que pretensamente se assume como divina, mas que historicamente é comandada pelos homens. Desse comando e do distanciamento das corretas noções do Divino é que brota a superstição, o que para Voltaire indica a presença do fanatismo religioso (VOLTAIRE, 2000, p.113), e que desemboca na intolerância (VOLTAIRE, 2000, p.132).

Locke vai distinguir entre conhecimento geral (ou científico) e conhecimento revelado, ou ainda entre crença (*belief*) e conhecimento (*knowledge*). Para o pensador, o conhecimento tem por finalidade procurar a verdade enquanto à crença cabe reconhecê-la e aceitá-la como tal. Em ambos os casos a apropriação se dá pelo exercício da liberdade. O indivíduo opta por aquilo que ele quer apreender.

O exercício da liberdade abre as portas para o futuro. É pela liberdade que o novo, ou ainda o velho recauchutado, se firma como possibilidade. A ausência de liberdade implica num mimetismo que reduz a vida a uma reprodução não só do passado, como também das estruturas que o sustentam, dando-lhe uma sobrevida (ALVES, 2004, p.131-6). A religião exacerba então seu papel de preservação das tradições e dos valores passando a coibir a crítica e a análise do conteúdo recebido. É quando a religião se torna intolerante com os religiosos e com aqueles



que pensam a religião. Isso porque a via da intolerância é a da perpetuação e reprodução do passado. E o risco da intolerância via fundamentalismo religioso é cada vez mais presente. Dessa feita não há o que ser feito ou mesmo construído. Afinal, aquilo que é imposto encerra qualquer possibilidade. Tudo foi dado. Encerra-se num mundo previsível demais para esse contexto de modernidade tardia. No dizer de Locke: há um apego às “ninharias” (LOCKE, 1973, p.18). Essas questões menores é que inviabilizam a tolerância religiosa e o diálogo.

3 A Tolerância como Fruto da Religiosidade

Singular em Locke também é sua percepção da tolerância como fruto da experiência religiosa. Para ele ninguém que tivesse uma experiência com Deus podia sair desse encontro promovendo desencontros com seus semelhantes. Em Deus os diferentes pensamentos são harmonizados⁶. Para Locke essa experiência com Deus era sempre promotora de uma abertura da consciência que conduzia a pessoa pela trilha da tolerância religiosa.

Nesse sentido, o verdadeiro encontro com Deus implicava necessariamente numa postura de tolerância com os demais credos. Para Locke a base desta virtude estava na verdadeira noção de Deus (SPELLMAN, 1997, p.83). Em seu contexto e conceito não fazia sentido que os “herdeiros da Reforma Protestante” que buscavam restabelecer a centralidade de Cristo na adoração, o que implicava num resgate direto da noção de Deus segundo o que acreditavam, não aceitassem a adoração de uma denominação diferente da sua. Para Locke, uma vez que tenho uma religião devo por isso aceitar a do outro. Voltaire falando posteriormente da realidade inglesa vai afirmar que “se houvesse uma única religião na Inglaterra, o despotismo seria temível; se houvesse duas, uma degolaria a outra; mas como há trinta, vivem felizes e em paz” (VOLTAIRE, 1973, p.17).

Contudo essa coexistência não passou despercebida pelo sarcasmo de Voltaire, ainda que em sua concepção a tolerância religiosa devesse ser perseguida mesmo com interesse pecuniário, uma vez que era benéfica materialmente para a sociedade (VOLTAIRE, 2000, p.25). Por isso o retrato e o deboche com a dificuldade de convivência entre religiosos podem

⁶ Faustino Teixeira ao abordar o pensamento de Claude Geffré, aponta para a pluralidade e para a riqueza cultural como um meio de manifestação das riquezas de Deus (p.51). Dessa feita, a Graça de Deus pode alcançar o ser humano numa outra tradição religiosa que não a cristã (p.52). (TEIXEIRA, Faustino. A Teologia do Pluralismo Religioso em Claude Geffré. *NUMEN – Revista de estudos e pesquisa de religião*. Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-83, 1998).



ser visto em sua comparação com a Bolsa de Valores. Lá haveria mais respeito e cordialidade do que num espaço religioso, segundo Voltaire (1973, p.17):

Entrai na Bolsa de Londres, praça mais respeitável do que muitas cortes. Aí vereis reunidos, para a utilidade dos homens, deputados de todas as nações. O judeu, o maometano e o cristão negociam reciprocamente como se pertencessem todos à mesma religião. Só é infiel quem vai a bancarrota. O presbiteriano confia no anabatista, e o anglicano, na promessa do quacre. Ao sair dessas assembléias livres e pacíficas, uns vão à sinagoga, outros vão beber. Um vai ser batizado numa grande cuba de água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Outro leva o filho para que lhe cortem o prepúcio e despejem sobre sua cabeça resmungos hebraicos incompreensíveis. Outros vão à sua igreja e, enchapelados, esperam a inspiração de Deus. E todos estão contentes.

Essa dificuldade com o diferente, notadamente no campo religioso, se dá pelo fato de todo líder religioso considerar que ele é ortodoxo, sustentando que sua visão é mais correta do que as outras. E não só isso: o pensador francês que nutria admiração por Locke destacou outro empecilho ao diálogo: o fato de seus pregadores se detestarem mutuamente (VOLTAIRE, 1973, p.17). Para Locke, “toda igreja é ortodoxa para consigo mesma e errônea e herege para com as outras” (LOCKE, 1973, p.15). Fato é que “nenhuma religião pode ser útil e verdadeira se não se acredita nela como verdadeira” (LOCKE, 1973, p.20). Isso porque no bojo do sentimento religioso está a pretensão de verdade, o que John Hick reconhecia na experiência religiosa de diferentes matizes religiosas (HICK, 1998, p.13). A experiência religiosa, como fonte legitimadora do conteúdo religioso para o indivíduo faz com que ele não aceite o fato da divindade, por ser justamente divina, absoluta, ter diferentes facetas. Estas são captadas por diferentes pessoas em diversos contextos religiosos. Sendo assim, mesmo se julgando mais correta que as outras, uma religião deveria reconhecer a grandeza da divindade a ponto de perceber suas “emanações” em outros arraiais. E em assim fazendo promover a tolerância religiosa.

Religião implica em convite e não em força. O filósofo afirmou que “nenhum homem pode ser forçado contra sua vontade” (LOCKE, 1973, p.18). A própria noção de salvação segundo o Cristianismo aponta para a paradoxal ação de um Deus Soberano que mesmo tendo todo poder se auto-limita no convite que faz ao ser humano. Por conta deste princípio é que ele



defendeu que mesmo a igreja sendo perseguida, ela jamais poderia ter uma atitude persecutória com quem quer que fosse (LOCKE, 1973, p.14). A religiosidade pode ser alvo de incompreensão e de intolerância pelos de fora, mas jamais promotora de qualquer tipo de inquisição pelo lado de dentro. Locke mesmo enfatizou que toda vez que houve uma recusa da tolerância para com pessoas de opiniões diferentes, houve disputas e guerras no mundo cristão (LOCKE, 1973, p.33). Exemplo disso foi às campanhas por expansão do cristianismo baseadas na força, nas armas, na imposição (LOCKE, 1973, p.10).

Quando se fala de convite se aborda a opção por livre escolha. É por isso que no exercício da tolerância não há espaço para a sedição. Esta por sua vez é filha da opressão (LOCKE, 1973, p.31). É da intolerância que nascem os radicalismos. É da tentativa de obrigar a formatação de uma pretensa uniformidade, inclusive religiosa, que advém a negação da diversidade que a liberdade individual impinge e com isso a revolta. É na interferência das ações que ocorre a sedição (MICHAUD, 1991, p.49). A invasão da privacidade e da consciência é que produz rebeldia.

Se for da profunda⁷ experiência religiosa que se funda a tolerância é nela também que reside seu limite. Locke, conquanto tivesse uma arguta mente para seu tempo⁸, infelizmente também manifestou a limitação do século XVII. Para ele a tolerância também tinha seus limites (MICHAUD, 1991, p.51). E a primeira fronteira era a do cristianismo. Para Locke a tolerância devia ser observada entre cristãos. O contraste do culto com as Escrituras era inaceitável. Assim, quando uma prática religiosa fosse contrária ao ensino da Bíblia, cabia ao Magistrado a intervenção no assunto religioso (MICHAUD, 1991, p.19). Somente nesse caso é que governo e religião se encontravam numa desagradável interseção. Exemplo disso foi seu posicionamento contrário a tolerância para com os ateus (LOCKE, 1973, p.29). Apreende-se então que a tolerância com o diferente era possível, pois com o divergente se tornava inaceitável no pensamento “lockiano”. Conquanto as bases para o exercício da tolerância sejam abrangentes no pensamento de Locke, sua aplicação encontrava barreiras que naquela época pareciam intransponíveis. É por isso que Michaud vai postular, contrariamente ao que vem sendo exposto aqui, que Locke estaria mais para a “autoridade do que para a tolerância” (MICHAUD, 1991,

⁷ Em contraponto a essa idéia, a noção de profundidade, notadamente presente no pensamento de Paul Tillich e que é um dos caminhos para o reconhecimento da experiência religiosa autêntica em diferentes tradições, é destacada por Teixeira no pensamento de Geffré, quando defende o diálogo inter-religioso como resultado de um aprofundamento (e não abandono) da Cristologia (TEIXEIRA, 1998, p.50).

⁸Para se ter uma idéia, Isaac Newton lia os estudos que Locke escrevera sobre as Cartas do Apóstolo Paulo, presentes na Bíblia Sagrada, no Novo Testamento.



p.21). Não que o filósofo inglês não tivesse essa noção de autoridade no seu pensamento, mas que tal fato não invalidava sua visão e contribuição para a tolerância.

A segunda fronteira da tolerância é a injustiça social. Quando o governo deixa de governar a violência acaba prevalecendo sobre o direito (MICHAUD, 1991, p.45). A intolerância atravessa o universo religioso, a partir do qual ela começou a ser construída, e atinge outras dimensões da vida. Nessa situação a liberdade se torna preterida e a tolerância inexistente, uma vez que toda a violência se constitui num desrespeito com o outro. A violência suprime o exercício da liberdade individual pelo caráter coercitivo que há no seu ato. Interessante é que Locke não visualizou o viés social como um elemento de aglutinação religiosa. A solidariedade possui uma força aglutinadora e deve ser encarada como uma das forças motrizes da ação ecumênica (DIAS, 1998, p.130). É nas práticas religiosas voltadas para o próximo e também nas práticas religiosas que são comuns a diversas religiões (como é o caso da oração) é que estão as atuais forças de promoção da tolerância e do diálogo inter-religioso (TEIXEIRA, 1998, p.76).

O terceiro limite é o da reparação inadequada. Uma vez que alguém foi prejudicado, que se sentiu lesado, a reparação do erro precisava ser proporcional ao dano. A ausência desta equidade para Locke ensejava a intolerância (MICHAUD, 1991, p.46), uma vez que a expropriação por possuir limite, replicava um limite para a tolerância também. Estas duas últimas são fronteiras que escapam da dimensão religiosa, transcendendo-a para a vida em geral.

O quarto limite da tolerância para Locke estava ligado à confusão de papéis do governo. Para ele era possível que em algum momento o indivíduo tivesse que exercer uma resistência civil não violenta (MICHAUD, 1991, p.51). Essa desobediência as leis era facultada no seu entender quando a tolerância religiosa se encontrava ameaçada pela invasão do espaço e universo religioso pelo magistrado. Nesse momento era para ser intolerante com a Lei, desobedecendo-a sem que o clima ordeiro fosse afetado. A esse exercício da intolerância mesmo que exercido em nome da própria tolerância Locke chamava de “tolerância ambiental”⁹.

Interessante salientar que a própria noção de religiosidade agrava os quadros de intolerância. A maior de todas as intolerâncias é aquela oriunda da contemplação de uma

⁹ Tal pensamento é bem divergente do movimento “*Black block*” que defende a arruaça e a depredação como legítima forma de protesto contra o sistema capitalista. Isso pode ser observado nos recentes manifestos populares no Brasil.



perseguição feita “em nome de Deus”. Em culturas que foram influenciadas pela modernidade o senso comum passou a considerar intolerável a perseguição por motivos religiosos.

É impossível se pensar numa sociedade ocidental sem a herança da tolerância. É possível enxergar uma intolerância contra a própria intolerância. No *ethos* contemporâneo e na formação e transmissão dos valores que sedimentam a cultura, não é possível se imaginar um grupo social intolerante. Agride o senso comum perceber que em pleno século XXI nações inteiras subsistem debaixo de sangrentas ditaduras. Ainda mais quando tais governos se aliam a expressões religiosas.

No bojo da tolerância, ainda mais de matiz religiosa está o amor. Fosdick dizia que para a convivência com percepções diferentes era necessário o “espírito da tolerância e da liberdade cristã” (FOSDICK, 1978, p.6). Mas, sobretudo isso era necessário o amor. Segundo o mesmo autor as “opiniões sobre determinados assuntos podem vir eivadas de engano, mas o amor nunca se engana” (FOSDICK, 1978, p.6). Charles Eliot inclusive defendia que o futuro da própria religião estaria ligado a sua capacidade de enfatizar o amor como conceito e prática primordiais (ELIOT, 1909, p.401-6). Amor ao próximo é valor cultural religioso que precisa ser cultivado.

Conclusão - O Futuro da Tolerância

Tolerância, assim como os demais valores são ensináveis. Há uma consciência moral que permeia a humanidade. E essa consciência possibilita a formação e adoção de valores. Por isso que Locke se preocupava em sua obra “*Some Thoughts Concerning Education*”, de 1693, em descobrir um método apropriado que desse a criança a possibilidade de um maduro uso da razão, uma vez que através da educação o jovem podia se tornar digno e moral agente da salvação (SPELLMAN, 1997, p.79). Necessário é compreender aqui que a idéia de “salvação” em Locke não era somente ligada a uma prática religiosa. Quando ele aborda esse assunto, o faz na perspectiva de que a salvação implicava numa transformação tão radical da vida de uma pessoa que a transportava para a trilha da prática do bem. É nesse sentido que o indivíduo se tornava um agente moral, promotor daquilo que é correto.

Nem sempre o diálogo inter-religioso se torna possível. No entanto a tolerância é tangível para todo extrato social oriundo da modernidade. Se a guerra é um assente ao bom senso, as guerras religiosas, seja com motivações ou justificativas religiosas, se tornam mais agressivas ainda. É nesse sentido que Locke e Voltaire mesmo mortos possuem uma pertinência atual, ao falar da tolerância.



Se quisermos como sociedade ter um futuro ele terá de passar pela via da tolerância. Nenhuma forma de aniquilamento do outro é cabível de aceitação. O caminho da tolerância é o caminho do futuro. Sua perspectiva é a da inclusão. E só há inclusão quando a consciência da igualdade é desperta. É formar uma oficina do saber. E como sabemos, é nas oficinas que as construções, devido a seu caráter artesanal, acontecem. Se a religião e seu ensino nos ajudam a olhar para o passado a fim de compreendermos como os valores que hoje adotamos foram recepcionados, a tolerância ajuda-nos a ter uma perspectiva, pois aponta para o futuro.

Na multiplicidade de formas e substratos sociais que caracteriza a sociedade da modernidade tardia, é imperativa a existência de um caminho que não seja o do banimento do diferente, nem tampouco da exclusão do discordante. Essa trilha é a da tolerância e seu atalho para ela chama-se amor.

Justamente por isso que Charles Eliot entendia que as formas de perpetuação de uma religiosidade que se perpetuava pelo medo e pela culpa e que, portanto se constituíam em *constructos* da intolerância deveriam desaparecer ao longo do tempo pelo simples progresso do bom senso. Para ele uma religião calcada na autoridade e “totemicidade” do líder, nos ditos milagres e na culpa estava fadada a desaparecer (ELIOT, 1909, p.391-5). A religião do futuro era (ou pelo menos deveria ser) promotora do bem, mitigadora do sofrimento humano (ELIOT, 1909, p.399). Sua mensagem central estaria voltada para a esperança e para o amor (ELIOT, 1909, p.404). No bojo dessa compreensão está o desenvolvimento de uma tolerância não só passiva que respeita o diferente, mas sobretudo engajada, ativa, a ponto de não ser indiferente com aquele que é discrepante.

O futuro da tolerância passa necessariamente pela convivência com credos e pessoas diferentes, bem como na explicação e exploração do conhecimento a tolerância deve ser colocada em destaque. Ainda mais pelo crescente apelo e penetração da mensagem fundamentalista no contexto brasileiro. Só para ficar num exemplo, assim como crescem nas estatísticas o percentual evangélico da população brasileira, cresce também a aderência de uma religiosidade intolerante.

Foi a tolerância que permitiu a formação do *ethos* contemporâneo, notadamente o religioso. E continuará a ser a tolerância que possibilitará o porvir. Afinal, ela é o futuro.

Referências Bibliográficas

[1] ALVES, Rubem. **Dogmatismo e Tolerância**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.



- [2] ARMSTRONG, Karen. **Em Nome de Deus:** o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- [3] AUERBACH, Erich. **Mimesis:** a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- [4] DIAS, Zwinglio Mota. O Movimento Ecumênico: História e Significado. **NUMEN – Revista de estudos e pesquisa de religião.** Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-83, 1998.
- [5] ELIOT, Charles W. The Religion of the Future. In: **The Harvard Theological Review**, v.2, n.4, p.389-407, oct. 1909.
- [6] FOSDICK, Harry Emerson. “Shall The Fundamentalists Win?” In: SHERRY, Paul H. (Ed.). **The Riverside Preachers.** New York: Pilgrim Press, 1978, p.27-38.
- [7] HICK, John. O Caráter Não-Absoluto do Cristianismo. **NUMEN – Revista de estudos e pesquisa de religião.** Juiz de Fora, v.1, n.1, p.11-44, 1998.
- [8] LOCKE, John. **Carta Acerca da Tolerância.** Tradução: Anoar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p.7-35. (Coleção Os Pensadores).
- [9] MICHAUD, Yves. **Locke.** Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- [10] MILTON, J. R. Locke’s Life and Times. In: CHAPPELL, Vere. **The Cambridge Companion to Locke.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.5-26.
- [11] MYATT, Alan. A Teologia da Libertação e o novo pluralismo religioso. **Revista Batista Pioneira.** Ijuí, v.3, n.1, p.165-189, 2014.
- [12] SCHLEGEL, Jean-Louis. **A lei de Deus contra a liberdade dos homens.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- [13] SCHAPER, Valério Guilherme. Emblemas da intolerância: Jean Calas, Jean Charles e a tolerância segundo Voltaire. **Protestantismo em Revista.** v.12, n.1, jan.-abr., p.8-19, 2007.
- [14] SMITH, Wilfred Cantwell. **O Sentido e o Fim da Religião.** São Leopoldo: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2006.
- [15] SPELLMAN, W.M. **John Locke.** New York: St. Martin’s Press, 1997.
- [16] TEIXEIRA, Faustino. A Teologia do Pluralismo Religioso em Claude Geffré. **NUMEN – Revista de estudos e pesquisa de religião.** Juiz de Fora, v.1, n.1, p.45-83, 1998.
- [17] VOLTAIRE. **Cartas Inglesas ou Cartas Filosóficas.** 1ª Edição. Tradução de Marilena de Souza Chauí Berlinck. São Paulo: Abril, 1973. (Os Pensadores).p.7-63.
- [18] _____. **Tratado sobre a tolerância.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

